



**Abteilung für Stadt- und Regionalentwicklung
Department of Urban and Regional Development**



Andreas Novy, Joachim Becker

**Da desviação ofensiva à desviação defensiva:
o governo local em Viena/Austria de 1867 a 1997**

SRE-Discussion 61

1998

SRE

Andreas Novy
Joachim Becker
Universidade de Economia de Viena
Augasse 2-6
1090 Viena
Austria

Artigo apresentado a
„Ensaaios - Fundação de Economia e Estatística“

„Da desviação ofensiva à desviação defensiva - o governo local em Viena/Austria de 1867 a 1997“

Os anos 70 e 80 foram caracterizados na Europa por estratégias de desenvolvimento divergentes. Foram tentados alguns modelos de descentralização política e experiências locais de desenvolvimento alternativo, que significaram a vanguarda „de baixo“ de uma reorganização da regulação nacional. Na segunda parte dos anos 80 e dos anos 90, o ataque „de cima“ tornou-se dominante. O movimento crescente em direção à centralização e internacionalização afetava a regulação local tanto quanto a nacional. Esse artigo analisa sob que requisitos os modos de desenvolvimento a nível nacional e local possam divergir. A crise atual da regulação espacial não é a primeira na história recente da Europa, tampouco a reorganização do espaço político e econômico é um fenômeno novo. Seguindo Fiori (1995), queremos analisar a dialética entre estratégias de acumulação e projetos de estado (em inglês *state projects*, ver Jessop 1990) tanto nacional como local. De um lado, as estratégias de acumulação têm um impacto tanto nas relações entre o espaço econômico e o território político, quanto na homogeneidade/heterogeneidade regional de uma formação social nacional, que influi nas opções disponíveis concernente as estratégias nos diferentes níveis territoriais do estado. De outro lado, as estratégias de estado influem nas estratégias de acumulação. Além disso, uma acumulação estabilizada é um requisito para projetos hegemônicos, que, baseados na liderança intelectual, num projeto de estado claro e na capacitação organizacional dos grupos dominantes, pode criar condições favoráveis para as estratégias de acumulação (Gramsci 1971).

A teoria de regulação que trata dessas questões focalizou sua pesquisa exatamente num período determinado - o do fordismo - que foi caracterizado por um desenvolvimento regional bastante homogêneo e por um nível elevado de hegemonia, isto é uma dominação baseada predominantemente no consenso e no apoio ativo dos grupos decisivos da sociedade civil. Mas, historicamente, hegemonia é mais exceção do que regra. Disputas sobre um novo modelo acontecem nas grandes crises, que são situações comparadamente „abertas“ (Fiori 1995). As opções e estratégias dos diferentes atores sociais, carregam o peso da história (cf. Marx 1965: 9f.) e não podem ser entendidas sem uma averiguação nos períodos de estabilidade anteriores aquelas crises, que fornecem a base para formar estratégias.

Considerando a articulação do econômico com o político nos níveis territoriais diferentes, é possível diferenciar quatro períodos históricos relevantes na história moderna de Viena e da Austria. À tentativa mal sucedida, menos econômica que politicamente de centralização no Império Habsburgo, sucedeu-se a fragmentação em estados nacionais pequenos e economicamente desintegrados e pela experiência mundialmente conhecida de um socialismo local em Viena - „Viena Vermelha“. O fascismo não será tratado como período próprio, mesmo reconhecendo que seus efeitos a longo prazo tanto econômica quanto politicamente são importantes para entender a Austria do pós-guerra. A derrota do fascismo resultou numa forma melhor sucedida de estado-nação e numa hegemonia emergente. Porém, também na Austria a regulação nacional entrou em crise nos últimos anos. Em seguida, queremos analisar a relação entre o desenvolvimento econômico e político em detalhe.

1. Viena dos Habsburgos: Centro dinâmico de um Império centralizado, mas não-nacional

a) Austria

A economia no final do século passado e no começo do século 20 caracterizou-se pelo regime

de acumulação extensivo. As indústrias de engenharia elétrica e de produtos químicos e de consumo (esp. têxtil e alimentícios) foram as responsáveis pela grande parte da produção industrial (Gross 1985: 232 et seq.). Grupos financeiramente potentes investiram principalmente nas indústrias relacionados com a agricultura e com o transporte. Os setores dinâmicos foram logo dominados por empresas estrangeiras. O setor industrial concentrau-se em poucas áreas, principalmente na parte oeste do Império (o que é hoje a Austria e a República Checa). A parte Leste do Império (Hungria) foi, com poucas exceções, predominantemente rural e pouco industrializada. Seus grupos ricos (a nobreza húngara e grupos urbanos) formaram um mercado pronto para as indústrias do lado ocidental. Nesse caso, a parte Leste do Império foi vinculada numa espécie de colônia interna, e as indústrias da parte oeste do Império mostraram pouca inclinação para exportar (Good 1986). Como em outros países da Europa Central, os bancos exerceram um papel muito importante em promover a industrialização. Via *shareholdings* e interconecção de postos de diretores foram intimamente ligados as empresas industriais. O Império Habsburgo não exportava capital monetário num nível significativo, porque os bancos encontraram mercados dentro do próprio Império. Segundo Platt (1984: 86), os interesses financeiros austríacos detiveram aproximadamente 90% do seu investimento „externo“ em território húngaro e boa parte do Balcãs.

Politicamente, a Coroa e a burocracia central e os militares, quer dizer principalmente a nobreza (alta), foram ambivalente no que concerne as relações de produção capitalistas e tentaram preservar parte da velha ordem. Centraram-se numa estratégia que pode ser chamada de „mudança controlada por cima“. Eles partilharam o interesse de preservar o Império multinacional e econômica e socialmente heterogêneo. Parte da classe média aproximou-se mais do que se poderia chamar da agenda econômica liberal, mas sua visão geral foi nacional, por isso colocava em perigo a unidade imperial (Bruckmüller 1985: 446 et seq., Le Rider 1994). Refletindo essa divisão socio-política existiram duas correntes intelectuais - uma multinacional e diversas nacionais. Um dos motivos principais da Coroa e de seus aliados, com a finalidade de centralizar o processo das tomadas de decisão, foi reprimir os movimentos nacionais e

democráticos, com exceção da Hungria, onde o movimento nacional se divorciou do movimento democrático. A aliança dominante baseou-se em fundamentos sociais e ideológicos frágeis. Por causa da constelação socio-econômica e socio-política complicada - o bloco teve que fundar-se em uma legitimação dinástica o que foi obviamente anacrônica na virada do século (cf. Hobsbawm 1991).

b) Viena

Viena foi, sem dúvida, o centro do Império heterogeneo. A burguesia financeira de Viena fez parte de uma burguesia financeira internacional fortemente interligada (Polanyi 1990). Seus tentáculos financeiros se estenderam até as mais remotas esquinas do Império de Habsburgo. Já na segunda metade do século passado, indústrias mais „maduras“ (como a indústria têxtil) começou a evadir de Viena (Meißl 1983: 116). Este setor foi substituído por indústrias novas, principalmente a indústria mecânica que teve um *boom devido* as construções de ferrovias. A produção artesanal foi mais difundida que em outros centros industriais da Europa ocidental e em Praga (Melinz e Zimmermann 1996: 23 et seq.). As empresas estatais tiveram um papel importante na estrutura industrial, principalmente na área militar (Meißl 1983: 120). No final do século, a indústria elétrica se constituiu como setor líder, sendo formada em boa parte por *foreign direct investment (FDI)*. Em 1890 e 1910 57% resp. 49% da mão-de-obra da indústria elétrica na parte Oeste do Império estava empregado em Viena. A concentração não foi tão elevada em outros ramos da indústria de bens de consumo (Banik-Schweitzer 1996: 39 et seq.).

Politicamente, por causa das leis eleitorais restritivas (Lehnert 1996: 95 et seq.), a burguesia financeira, comercial e industrial foi capaz de controlar a política local. No final do século, até a Prefeitura liberal teve que aumentar o papel do Estado local. A base financeira da cidade, principalmente impostos indiretos sobre o consumo e a moradia (Seliger 1996: 89) foi fortalecida por causa dos subsídios do governo central, refletindo o estatus de capital. Os pequenos produtores formaram a base do Partido cristão-social. Como a burguesia industrial

permaneceu fraca, Viena foi - uma grande exceção naquela época - governada por um partido não liberal. Karl Lueger, o prefeito de Viena no período de 1896-1911, baseou seu governo numa aliança entre a parte alta da pequena burguesia e a própria burguesia. A prestação de serviços por parte das companhias privadas não foi satisfatória. Refletindo sobre a necessidade da indústria local, Lueger comunalizou o transporte público e a distribuição de gás, duas partes cruciais da infra-estrutura local. A receita das empresas comunalizadas que cobraram tarifas altas, formaram uma parte importante das receitas da prefeitura. Mas a cidade teve que se endividar para financiar a comunalização (Seliger 1996: 90). Essas políticas permitiam a modernização da indústria vienense e um processo de catch-up com a Europa ocidental. O auto-proclamado „Socialismo Municipal“ não mudou a estrutura social dessa cidade polarizada, não fazendo alterações na política orçamentária. A nível nacional, a estratégia de mudança controlada, executada por cima, baseou-se, porém, num bloco social mais sólido que ao nível do Império. A questão nacional não interferiu tanto. A sociedade em Viena foi muito mais profundamente capitalista que no resto do país. Por isso, não é de se surpreender que o enfoque ideológico dos sociais-cristãos de Viena foi bastante moderno. A base ideológica formou o anti-semitismo que mostrou-se muito eficaz em ganhar o apoio de boa parte da pequena burguesia da cidade (cf. Fuchs 1996: 58 et seq.). Em oposição aos cristãos-sociais, a socialdemocracia surgiu como um movimento de contra-poder bastante significativo, mas foi impedida de ganhar eleições por causa de uma lei eleitoral bastante restritiva.

2. „Hidrocéfalo“ Viena: Centro de um Estado-nação amputado (1918-1945)

a) Austria

Econômicamente, o fim do Império implicou graves consequências. O herdado e pouco modificado regime de acumulação baseou-se nas exportações de capital de mercadorias de Viena para outras partes do Império. Essa extravasão disfarçada na fase final do Império se transformou numa extravasão aberta. Tanto o capital bancário, como industrial se mostrou

incapaz de adaptar-se a essas circunstâncias novas.

O setor financeiro foi abalado pela hiperinflação dos primeiros anos pós-guerra. Em 1922, a política de austeridade sob controle da Liga das Nações começou a fortalecer o setor financeiro e reduzir a inflação. Mas, não impediu o declínio e à crise permanente do setor bancário. Os bancos vienenses que parcialmente foram absorvidos pelo capital estrangeiro tentaram segurar seus interesses nos países sucessores do Império Habsburgo. Essa estratégia baseou-se em ilusões políticas e produziu grandes fracassos. Os bancos financiaram compromissos a longo prazo com créditos a curto prazo. A partir do final dos anos 20, o sistema financeiro austríaco foi profundamente afetado pela crise dos EEUU, e em 1931 o colapso do Creditanstalt, o maior banco austríaco de forte vínculo internacional, foi decisivo para agudizar a crise financeira internacional (Kernbauer et al. 1983, Weber 1995a). A reabilitação do setor bancário no começo da década 30 custou muito caro e foi muito prejudicial aos outros setores da economia austríaca (Stiefel 1988).

A porcentagem das exportações nos países sucessores do Império, que implantaram políticas protecionistas, sofreu uma redução de 58.6, em 1920, para 31.7 em 1937 (Weber 1995a: 32, Tab. 6). A indústria austríaca não foi muito competitiva em outros mercados e as taxas altas de juros tornaram as tentativas de modernizar a indústria num empreendimento encarecedor. Como consequências da decrescente participação da indústria nas exportações se produziu uma „re primitivização“ do comércio externo (ibid.: 32). Nos anos 30 a indústria austríaca foi afetada gravemente pelas medidas protecionistas, porque não dispunha de grandes colônias nas quais poderia-se concentrar. Os problemas refletiram-se na quota de exportação oscilante (definido como porcentagem das exportações industriais no total do BNP), o que foi aproximadamente 20% no final dos anos 20, caindo para 8.6% em 1933 e subindo de novo para 12% em 1937 (cálculo próprio baseada em Kausel 1965: Tab.25, 26, Butschek 1985: 217).

O mercado doméstico também não se mostrou ser uma alternativa. O governo conservador,

fortalecido por interesses estrangeiros, tentou reverter as conquistas sociais conseguidas imediatamente no pós-guerra pelo movimento operário. Tentou reduzir gastos sociais, dessa maneira fazendo uma política pro-cíclica. Especialmente nos anos 30, o governo conservador tentou reduzir o salário direto e indireto para aumentar a competitividade internacional (enquanto estabilizava o câmbio). Uma parte importante da população continuou trabalhando na pequena produção e na subsistência. Devido a essa estrutura social o mercado doméstico ficou limitado.

A indústria austríaca encontrou uma crise estrutural com uma produção reduzida e taxas elevadas de desemprego; até comparado ao padrão internacional, já com níveis nada satisfatórios. O desempenho macroeconômico esteve delimitado nos anos entre as guerras. De 1913 a 1929, o crescimento do BNP foi de 0.3 % p.a. na Austria comparado com 1.9% p.a. na Europa, no período 1929-1937 o BNP austríaco se reduziu de 1.8% p.a., enquanto de 1929 até 1938 o crescimento medio em Europa foi de 1.1% (Weber 1995a: 29, Tab. 4, cf. Stiefel 1988, Kernbauer et al. 1983).

Politicamente, no entre-guerras, surgiu uma fração dominante de capital - o capital financeiro. Sua estratégia de acumulação baseava-se numa base ideológica clara - o liberalismo. Isso, não combinou bem com o contexto de uma faixa grande de pequenos produtores com traços pré-capitalistas que forneceram a base social das forças da direita. O liberalismo não ganhou os corações e o mente dos agricultores que muitas vezes ficaram na produção para a subsistência. Por isso, adicionou-se ao liberalismo ideológico uma forte dose de catolicismo e de elementos românticos (p.e. a concepção do „Ständestaat“, cf. Tálós et al. 1995, esp. cap. 3 & 5). A classe trabalhadora e seu representante político, a socialdemocracia, não aderiram ao liberalismo econômico, nem aceitaram a batina. A socialdemocracia continuou comprometida com a capacitação dos trabalhadores e a socialização dos meios de produção (cf. Butterwege 1991). O capital financeiro não conseguiu ultrapassar sua classe e outras fronteiras ideológicas em nome do nacionalismo, porque foi incapaz de adaptar-se a nova organização territorial. Não é de se

surpreender que nessa situação o novo estado-nação austríaco enfrentou problemas severos de legitimação. Houveram inúmeras discussões sobre a adesão a Alemanha ou formar uma Confederação Danúbio. No começo, o movimento operário favoreceu a primeira opção, querendo ver uma industrialização mais rápida, certos setores do capital financeiro estiveram em prol da segunda (Sandgruber 1995). As duas opções não foram, porém, excludentes. Implicaram na tentativa de conservar a função central de Viena: de um lado com políticas comerciais com os estados às margens do danúbio, ou, caso esses resistissem politicamente, apoiado pelo Império alemão (Stiefel 1988: 336). A perpétua discussão sobre o „Anschluß“ a Alemanha e a Confederação do Danúbio sob a liderança de Austria, foram somente um aspecto da questão territorial (cf. Rásky 1995). Imediatamente depois da primeira guerra mundial, os históricos „Länder“ que tiveram condições socio-econômicos bastante diferentes exigiam autonomia regional. No final, as burocracias centralizadas do velho Império prevaleceram, permitindo somente a institucionalização de um federalismo numa forma bastante „light“. Mais adiante os conflitos sobre centralização versus descentralização na Primeira República foram profundamente influenciados pelo conflito entre o governo central conservador e o governo local e regional socialdemocrata de Viena, quando formou-se uma „ilha vermelha“ num „mar preto“. As tentativas da direita de rescentralização vincularam-se desde o final da década de 20 com as estratégias de desparlamentarização. Em 1933/34, o governo cristão-social fez um „autogolpe“ e estabeleceu um regime austrofascista centralizado (cf. Tálos e Neugebauer 1988).

b) Viena

Em 1918, a perda do interior vienense provocou uma grande crise. O desemprego foi alto, a população reduziu-se de 2.12 mi em 1910 para 1.92 mi em 1923 (Faßmann 1995: 14). A crise abriu o caminho para novos atores na política vienense. Com o voto universal no auge do reformismo democrático, logo depois da guerra, o partido socialdemocrata ganhou a Prefeitura e o Estado de Viena. A socialdemocracia implantou novas políticas que foram, pelo menos, capazes de minimizar os efeitos locais da crise econômica e aumentar consideravelmente as

condições de vida (Öhlinger 1993). No centro da política socialdemocrata havia um programa de habitação bastante ambicioso. Os investimentos pesados em infraestrutura e moradia estimularam a indústria local nos anos 20. Durante muitos anos, os gastos de capital do governo vienense foram mais altos que do governo central. De 1924-28, os gastos de capital do governo de Viena foi de ATS 817.2 mi comparado com ATS 738.2 mi do governo federal (Weber 1995b: 539, Tab. 3)! Faltou à socialdemocracia, porém, uma estratégia econômica consistente. Os efeitos positivos para a indústria local foram principalmente resultados de um compromisso social. Sua estratégia nacional tentou ir gradualmente em direção ao socialismo - um conceito algo original que ao nível internacional foi um ponto de referência chamado „austromarxismo“. Com um governo nacional conservador, todos os esforços intelectuais e políticos do partido e de seu movimento social centraram-se na cidade. Isso permitiu uma ampla gama de estratégias inovadoras, mundialmente reconhecidas em áreas tão diversas como moradia, reforma escolar e assistência social. „Viena Vermelha“ baseou-se num vínculo muito forte entre o partido, a sociedade civil e a administração local. Por todos os aspectos da vida a organização partidária assumiu a responsabilidade: trabalho, esporte, lazer, cultura, ... (Maderthaner 1993). A prefeitura, e por isso o partido, responsabilizaram-se para fornecer todos os serviços relevantes para a população, especialmente as classes populares.

Somente por causa de uma estrutura socio-econômica regional heterogênea e a falta de hegemonia por parte da burguesia, possibilitou-se o desenvolvimento político divergente entre o nível nacional e local. Mesmo assim o experimento de „Viena vermelha“ foi de curta duração. O governo conservador começou uma estratégia deliberada de centralização, cujo eixo foi a chamada „marcha fiscal à Viena“. Financeiramente estrangulada pelo governo nacional e a crise severa depois de 1929 „Viena vermelha“ teve que cortar parte de seu programa de reformas já antes da tomada da prefeitura por forças conservadoras depois da guerra civil em 1934.

c) Fascismo: a versão alemão

No começo de 1938, a base social do regime austrofascista foi erodida. A posição internacional de Austria foi de isolamento, facilitando a ocupação do país pela Alemanha fascista, sendo este o primeiro passo do expansionismo territorial alemão. A aliança entre o governo nazista e os industriais tentou superar a crise estrutural do regime extensivo de acumulação com uma estratégia territorialmente expansiva a fim de angariar recursos naturais baratos e mercados prontos para o capital alemão. Politicamente, a Austria foi integrada ao estado alemão. Economicamente, foi logo integrada à indústria bélica alemã. Especialmente na Austria Alta novas indústrias básicas, esp. a metalúrgica, foram instaladas. Por isso, a estrutura industrial austríaca mudou significativamente, alterando-se geograficamente e orientando-se cada vez mais em direção ao Oeste. A classe trabalhadora austríaca cresceu bastante (mesmo o trabalho forçado tendo um papel fundamental nas indústrias bélicas; cf. Mulley, 1988, Kernbauer e Weber 1988, Moser 1996).

Em 1939, o regime nazista criou a Grande-Viena, „fisicamente, a maior cidade da Alemanha“ incorporando administrativamente municípios antes independentes (Schubert 1985: 458), o que serviu somente para ocultar o objetivo real em degradar essa cidade politicamente „perigosa“ e „multi-cultural“. Judeus, donos de empresas, muitas vezes pequenos comerciantes e produtores foram expropriados. Viena foi o campo experimental da arianização vinculada a racionalização da pequena produção e do pequeno comércio (Aly e Heim 1993). Os intelectuais de destaque que depois de quatro anos de austrofascismo ainda não saíram do país foram pegos pelo regime nazista. 200.000 cidadãos de Viena foram deportados para campos de concentração, assassinados ou tiveram que fugir do país (Faßmann 1995: 14). Poucos intelectuais voltaram para a cidade depois da guerra, embora que haja um número significativo de pensadores famosos que nasceram em Viena.

3. Viena pós-guerra: Perdendo sua autonomia durante a construção bem-sucedida de um estado-nação (1945 - ca. 1986)

a) Austria

A versão austríaca do fordismo teve suas peculiaridades. O fordismo austríaco surgiu inicialmente de políticas de oferta e mão de obra barata e obediente, e das exportações à outros países do oeste europeu, ampliando assim o mercado doméstico (Hwaletz 1996). A partir de 1947/48, o governo austríaco concentrou-se no desenvolvimento da indústria básica principalmente localizada na Austria Alta e nacionalizada depois da guerra (Moser 1996). Diferenças dentro da coalizão de socialdemocratas e conservadores impediram, porém, que essa opção fosse aproveitada integralmente. Os conservadores conseguiram limitar a atuação das estatais à indústria básica, proibindo-as de entrar no setor da produção final. Durante os anos 50 e 60 as estatais foram fornecedoras baratas das empresas privadas. Somente nos anos 70 o governo socialdemocrata foi capaz de usar as estatais como veículo de promoção do desenvolvimento tecnológico (Scherb e Morawetz 1986). A indústria austríaca especializou-se paulatinamente na provisão de uma gama de insumos baratos para a indústria fordista em outros países da Europa ocidental, esp. Alemanha. A partir dos anos 70, o FDI na Austria centrou-se na indústria de fornecedores. A quota de exportação (exportação de produtos industriais/PNB) aumentou de 12.6% em 1950 a 19.0% em 1973 e 23.2% em 1987 (Maddison 1991: 326 Tab.F.7). O turismo de massa foi um outro vínculo decisivo com o novo padrão de consumo fordista na Europa ocidental (Hlawetz 1996).

Mesmo com uma política salarial restritiva, os salários reais conseguiram crescer. De 1960 até 1990, o crescimento médio anual dos salários reais foi de 3.1% comparado com um crescimento anual da produtividade de trabalho (definida como PNB/empregado) de 3.3% (Guger 1993: 231, Tab. 1, cf. Marterbauer 1991). A pequena produção foi crescentemente absorvida pelo setor capitalista (Hlawetz 1996: 110). As indústrias de bens de consumo permaneceram dominadas por empresas pequenas ou de médio porte, e comparado com a Europa ocidental, seguiriam uma orientação bastante tradicional (Aiginger 1989). O governo estabilizou a demanda. Por causa da herança do fascismo alemão e das políticas de pós-guerra que, dentro de um contexto de guerra

fria tentaram fortalecer as indústrias na parte oeste da zona de ocupação (esp. Austria Alta) negligenciando a zona de ocupação soviética no leste. Houve uma deslocação contínua da indústria austríaca em direção ao oeste europeu (Moser 1996). O governo austríaco, tentou então uma aproximação com o oeste favorecendo AELC (Área Europeia de Livre Comércio) sobre CEE (Comunidade Econômica Europeia) até os anos 80. Diferentemente do entre-guerra, o fordismo foi o „período de ouro“ do capitalismo austríaco. O PNB p.c. real aumentou de 9% p.a. entre 1950 e 1973 comparado com uma média da Europa ocidental de 3.8% (Maddison 1995: 62, Tab. 3-2).

Até 1983 (e menos intensivamente até 1986), o governo socialdemocrata tentou preservar elementos fundamentais do regime de acumulação fordista, adaptando-se à nova situação. Numa concepção de „austro-keynesianismo“, o governo tentou melhorar tanto a competitividade internacional como estabilizar a demanda doméstica, mantendo uma taxa alta de câmbio e vinculando o xelim austríaco ao marco alemão, o governo pressionou as empresas para aumentar a sua produtividade e em contrapartida proporcionou um ambiente estável de política cambial para fomentar os negócios com a área central da CEE. Os sindicatos aceitaram uma política salarial restritiva, e foram recompensados com uma política fiscal bastante expansiva o que estabilizou a demanda. Setores protegidos da economia serviram para absorver choques (cf. p.e. Neck 1990, Weber e Venus 1993). Os vínculos comerciais de investimento com a Alemanha continuaram crescendo, as filiais industriais austríacas serviram de fornecedoras para a indústria alemã (Morawetz 1990). O alto grau de diferenças salariais permitiu a sobrevivência de certas indústrias tradicionais e de baixo nível tecnológico (p.e. têxtil, sapatos) (Aiginger 1989, Guger 1993: 234-237). As empresas para-estatais foram modernizadas. O setor financeiro austríaco permaneceu bastante controlado pelo estado comparado aos outros países do oeste, mas na linha do desenvolvimento alemão e, por isso, impondo restrições às novas formas de atividades bancárias (cf. Aglietta 1993, Hwaletz 1996: 121 et seq. 135-140). Assim, mesmo as atividades internacionais dos bancos austríacos cresceram significativamente (Oesterreichische Nationalbank 1995a: 83). O modo austríaco de

desenvolvimento nos anos 70 e no começo dos anos 80 caracterizou-se pela forte continuidade da „época de ouro“. PNB real p.c. cresceu de 3.0% p.a. entre 1973-79 e em 1.9% p.a. entre 1979-89 comparado com um crescimento médio dos EU15 de 2.2% e 2.0% respectivamente (OECD 1995: 50, Tab. 3.2). O desemprego foi bem abaixo dos outros países do oeste europeu (ÖStZ 1993: 477, Tab. 6.06).

O regime do pós-guerra fundamentou-se numa nova aliança entre o capital (produtivo), a classe média e o trabalho organizado. O capital entrou nessa aliança econômica- e politicamente bastante enfraquecido. Após 1945, o grande capital privado austríaco virtualmente não existia. A maioria das empresas privadas ficaram de porte pequeno ou médio. Depois da nacionalização das empresas alemãs, setores-chaves da economia ficaram sob o controle estatal (Traxler 1991:748). Economicamente, o capital privado não conseguiu se impor de novo como no período da pré-guerra. A direita estava politicamente desacreditada no período entre-guerra, e teve que enfrentar uma competição sistêmica mais forte a nível internacional. Por outro lado, a classe trabalhadora sofreu bastante durante os dois fascismos. A socialdemocracia abriu mão das partes de seu programa político que visavam uma transformação sistêmica. Até o final da ocupação em 1955, o status austríaco ficou em aberto, resultando na minimização de disputas internas pelas forças austríacas dominantes o que poderá ter aumentado a influência internacional. Essa valorização do consenso reduziu o *appeal* ideológico de uma política classista. A influência do aparelho ideológico do partido e da igreja, do marxismo e do catolicismo, diminuiu drasticamente que foram substituídos por meios aparentemente mais neutros: a televisão estatal e a ciência positivista. Comprou-se a lealdade das massas compactuando através do fortalecimento das relações clientelistas. O aparelho do estado foi permeado pela influência dos partidos. O funcionalismo público e o emprego no estado, as perspectivas profissionais, o acesso à moradia popular, dependiam em grande parte da afiliação partidária. Nos anos 50 e 60, aproximadamente 25% dos austríacos foram afiliados a um partido (Ulram 1996:295). Os dois grandes partidos, SPÖ e ÖVP (sucessor do partido cristão-social), que normalmente formavam um governo de coligação foram, respectivamente, interligados com

sindicatos e organizações empresariais. Governo e grandes grupos de interesse formaram instituições corporativistas que tornaram a Austria um modelo de neocorporativismo (cf. p.e. Gerlich et al. 1985, Tálós 1993). A individualização foi vista como perigosa pelos dois blocos dominantes. Houve um fortalecimento da centralização de tomada de decisões de cima para baixo. Esse *set-up* organizacional foi funcional para resolver os conflitos nos diversos campos da política econômica. A estabilidade política, fruto desse neocorporativismo e do crescimento econômico facilitou a acomodação de interesses sociais, o que reforçou mutuamente o Estado-nação austríaco e recebeu um alto grau de legitimação nos anos 70 (cf. Hanisch 1994).

Resumindo, nos anos 70 e 80 a sociedade austríaca assumiu mais e mais profundamente um carácter capitalista. Essa mudança socio-econômica foi acompanhada por uma melhoria significativa das condições sociais. Este padrão de mudança social permitiu ao capital e aos seus intelectuais orgânicos (Gramsci 1971) difundir os valores capitalistas nas classes subalternas. O clientelismo começou a perder importância (cf. Ulram 1996).

b) Viena

No período imediatamente posterior à guerra, as políticas econômicas do governo austríaco e dos países que ocuparam Austria, resultaram num deslocamento do centro de gravidade industrial ao oeste do país. Além disso, devido ao detrimento do polo industrial vienense, a sua indústria restringiu-se ao mercado nacional. Viena, perto da „Cortina de Ferro“, perdeu seu interior. A partir dos anos 60 as empresas começaram a se afastarem do centro da cidade, primeiro para Grande-Viena, depois para partes mais periféricas do leste da Austria (Tödtling 1984: 406), o que provocou uma dispersão de empregos, mas não numa descentralização do controle. Em 1973, *headquarters* em Viena controlavam 43% de todos os empregos austríacos em sucursais industriais. Na indústria de transformação Viena teve o controle de aproximadamente três-quartos dos empregos em sucursais industriais austríacas (Tödtling 1984: 404). A partir de 1973 o padrão nacional fordista de centro-periferia começou a dissolver-se.

Em 1981, a posição de Viena como centro organizacional de controle decaiu, causando um fortalecimento de cidades menores (Maier e Tödting 1986: 1218).

Na área política, a socialdemocracia assumiu novamente o governo local, mas as estratégias políticas não foram mais elaboradas a nível local. As políticas keynesianas foram então implementadas a nível nacional e as políticas locais seguiram seu curso. A socialdemocracia, embora recebendo bem acima de 50% dos votos, entrou numa coalizão com os conservadores. Essa política que sempre buscou o consenso, manteve a paz social, mas minou as inovações e a criatividade. A política econômica local do pós-guerra consistiu em duas estratégias paralelas: primeiro, a câmara local de comércio protegeu a economia local através de severas barreiras burocráticas contra novos concorrentes, segundo, tentou-se atrair grandes investidores estrangeiros. Concernente a posição internacional de Viena como centro político, os governos nacional e local usaram o status austríaco como poder neutro na guerra fria, conseguindo convencer diversas organizações internacionais importantes, como a ONU, a OSCE, a OPEC, de escolherem Viena como centro administrativo.

O governo socialdemocrata local e a sua burocracia eram diretamente responsáveis pela prestação de serviços sociais - como moradia, educação e saúde, nisso consistia a função central do estado local. A sua relação com a sociedade civil também mudou. O partido como instituição nodal vinculando a sociedade civil com a sociedade política foi despolitizado e tornou-se um veículo do clientelismo. Concernente às outras partes da sociedade civil, a socialdemocracia tentou uma estratégia semelhante à cooptação; a sociedade civil foi „estatizada“. A administração apoiou financeiramente forças potencialmente de oposição, evitando assim uma oposição crítica aberta da sociedade civil. O cosmo cultural e intelectualmente progressista do período entre as guerras, não falando do Fin-de-Siècle-Viena, foi destruído definitivamente.

4. Viena no final do século: Um centro desafiado em busca de uma estratégia de desenvolvimento local (a partir de 1986)

a) Austria

Devido às altas taxas de juros internacionais tornou-se cada vez mais difícil sustentar uma política fiscal expansionista, ponto nodal do austro-keynesianismo (cf. Fitoussi 1995). A CEE entrou numa nova fase com a proposta do Mercado Único. Como a economia austríaca foi extremamente orientada para a CEE, esse programa causou sérias repercussões na Austria (Karlhofer e Tálos 1996: 50 et seq.). Com a abertura do leste europeu em 1989, novos desafios emergiram gerando grande necessidade de reestruturação nas empresas austríacas (Bellak 1995: 25). Estes acontecimentos internacionais não provocaram somente uma reestruturação econômica, mas também fortaleceram politicamente os interesses empresariais, que exigiam custos salariais mais baixos para poder aumentar a rentabilidade e queriam abrir novos campos para o capital privado. O governo reagiu adotando uma política fiscal muito mais restritiva (reforma fiscal e um *deficit spending* mais cauteloso), avançando com o programa de privatização, liberalizando o setor bancário e o fluxo de capitais, e preparando para filiar-se à CEE, hoje chamado União Europeia (UE). Estas medidas resultaram em uma estratégia orientada mais para fora, negligenciando o mercado interno, semelhante a estratégia de deflação competitiva em voga na Europa ocidental. Uma parcela das medidas adotadas foram de encontro aos interesses dos investidores financeiros. E as duas forças sociais dominantes do novo projeto foram o capital (esp. a fração orientada para a exportação e intermediários financeiros) e a classe média alta.

O capital austríaco orientou-se mais para fora. O FDI austríaco no exterior aumentou de um insignificante ATS 16.8 bn em 1988 para ATS 71.4 bn em 1995 (capital nominal, Oesterreichische Nationalbank 1997: 12 et seq., Tab. 1.1). Em meados dos anos 90, diminuiu a velocidade deste crescimento, seus fluxos caíram pela metade entre 1992 e 1995 (Stankovsky 1996: 353). Numa antecipação ao Mercado Único e para uma possível adesão da Austria à UE, grande parte do FDI concentrou-se na Europa ocidental, embora que houvesse uma involução

na percentagem do estoque de capital alemão de FDI (capital nominal, Oesterreichische Nationalbank 1997: 12, Tab. 2.1, Bellak 1995: 25). As empresas austríacas responderam rapidamente à abertura de novas oportunidades na Europa Central. Em 1995, 16.2% do estoque do FDI (capital nominal) localizou-se na Húngria (Oesterreichische Nationalbank 1997: 12, Tab. 2.1). O crescimento do FDI na Austria não foi tão espetacular. O estoque cresceu de ATS 51.6 bn em 1988 para ATS 71.3 bn em 1994 (Oesterreichische Nationalbank 1997: 13 et seq., Tab. 1.2.), em sua grande parte proveniente de corporações alemãs (35.7% em 1985, 41.2% em 1995, capital nominal, Oesterreichische Nationalbank 1997: 13, Tab. 1.2).

Numa tentativa de aumentar a competitividade internacional e os lucros, as empresas austríacas empreenderam uma estratégia de redução de gastos com pessoal, isto se materializou através da diminuição de empregos e de uma política salarial restritiva, acordada com os sindicatos (Hwaletz 1996: 190-193, Guger 1993: 232-234). A redução de gastos e a crescente internacionalização do capital produtivo não se traduziu num crescimento da quota de exportação no que concerne exportações de produtos manufaturados. Na verdade, essa quota reduziu-se suavemente de 26.3.% em 1985 para 22.8% em 1994 (cálculos próprios baseado no Oesterreichische Nationalbank 1995b: 88, Tab. 9.0 & 94 et seq., Tab. 10.0.0). Mesmo com a inclusão das exportações de serviços, não houve crescimento estável da quota de exportação (OECD 1995: 75, Tab. 6.12).

Esta reestruturação implicou num declínio forte das indústrias de bens de consumo tradicional (ÖStZ 1996: 13, Tab. 8.2, Leitner e Henkel 1996, Lamel 1996, Smolka 1996). Na agricultura, a reestruturação decisiva ainda está para acontecer. Aumentou o peso de algumas, mas não de todas indústrias de base. O setor de high-tech continuou sendo desenvolvido num patamar pequeno, fornecendo somente 6.8% das exportações em 1991, comparado com a média da OECD de 15.9% (Pointner e Schneider 1994: 49, Tab. 4). A privatização das antigas estatais pôde enfraquecer ainda mais a capacidade tecnológica dessas empresas que, possivelmente tornaram-se subsidiárias de corporações estrangeiras com os seus centros tecnológicos

localizados em outros lugares.

Em 1994, a entrada de Austria na „Area Econômica da Europa“ (AEE) e em 1995 na UE implicou num reordenamento dourado da regulação política entre os diferentes níveis territoriais, cimentando assim a reorientação política iniciada em 1986. Na verdade, os dois fatos aconteceram paralelamente. Varias competências políticas importantes passaram a ser a nível supranacional. Embora que as relações trabalhistas, a seguridade social e as políticas de meio-ambiente permaneceram basicamente prerrogativas dos estados-nações. As políticas nacionais nestas áreas ficaram - devido ao Mercado Único - sob pressão de ajuste para baixo (cf. Becker 1996, Streeck 1995). Estas pressões aumentaram com os critérios de Maastricht, que já resultaram em cortes no estado de bem-estar. A mudança dos níveis de regulação para a UE implicaram num remanejamento de forças sociais e políticas. A nível supranacional, os sindicatos e os „novos“ movimento sociais se tornaram menos capazes de organizar-se e de reagir do que as associações de empresas, o que foi agravado pelo fortalecimento do executivo em detrimento do legislativo. Este ultimo foi sempre importante para os sindicatos conseguirem concessões a nível nacional. E ainda que as estruturas neocorporatistas de Austria se adaptaram organizacionalmente a UE (Karlhofer e Tálos 1996), não tiveram, porém, uma tendência clara em direção a um microcorporativismo como se pôde observar em muitos países europeus (cf. em geral Regini 1991, sobre a Austria Traxler 1993). O papel das instituições neocorporativistas na Austria está sendo redefinido, de maneira a dar prioridade absoluta ao fortalecimento da competitividade internacional.

Com exceção de parcelas do Partido Verde e da socialdemocracia, o neoliberalismo foi abraçado por todos os partidos, refletindo o crescente poder de uma burguesia cada vez mais europeizada. Enquanto o SPÖ e o ÖVP adotaram uma versão moderada do neoliberalismo, de preservação das instituições neocorporativistas, mas de forma modificada; o FPÖ, partido da extrema direita, propoe um programa neoliberal radical tentando destruir as instituições neocorporativistas, onde não esteja representado de maneira significativa (cf. Schui et al. 1997:

Cap. 8). O FPÖ suplementa seu neoliberalismo radical com um discurso fortemente nacionalista e xenofóbico. Sua orientação ideológica pode capitalizar ressentimento bem-difundido contra o caráter estático das instituições neocorporativistas e numa predisposição ideológica proveniente de uma longa história na Austria moderna. Pode-se dizer que na Austria está ocorrendo uma maior aceitação do liberalismo, ainda que nem sempre de maneira eufórica, do que antes. As políticas liberais oscilam porém, entre favorecer o capital financeiro ou o industrial, faltando uma estratégia coerente de acumulação.

b) Viena

Comparada com outras cidades da Europa, a taxa de crescimento de Viena de 2.2% p.a. entre 1975 e 1993 está ligeiramente acima da média (Mayerhofer e Palme, 1996: 34). Esse resultado macroeconômico comparativamente bem-sucedido é surpreendente, porque o deslocamento industrial para a Grande-Viena não foi interrompido (Mesch 1989: 371; Reiterlechner e Schmee, 1995: 34). Porém os ramos que necessitam de grandes vantagens de aglomeração permanecem na cidade. Por causa do processo de reestruturação avançado, somente 6.9% dos empregos industriais continuam em ramos fortemente expostos à reestruturação, enquanto no estado vizinho de Viena (a Austria Baixa) 46.1% estão ameaçados (ÖROK 1994: 46f.). A FDI industrial continua concentrada em Viena, onde está menos orientada para Europa ocidental e mais para o mercado doméstico que no resto do país. A prestação de serviços também continuam concentrada em Viena, esp. serviços financeiros e FDI não-industrial (ÖStZ 1993: 275, Tab. 21.09, Glatz e Moser 1989: 83). Entre 1981 e 1991, os setores de serviços produtivos empregaram um adicional de 23.000 pessoas. Infelizmente, um número bem menor do que as perdas sofridas pela indústria (54.000). Levando-se em consideração a indústria e os serviços produtivos juntos, Viena perdeu 21.565 empregos entre 1981 e 1991 e adicionalmente 28.759 entre 1991 e 1994 (Birner et al. 1997: 48.52). A nível internacional, os serviços produtivos avançados desenvolveram bastante tarde em Viena, a grande parte destas empresas estão pequenas e somenbte têm vínculos ao nível regional ou nacional (Tödting e Traxler 1995: 189).

No que concerne aos serviços para o mercado, Viena não possui uma vantagem competitiva clara, mesmo sendo a maior cidade universitária da língua alemã. Os vínculos entre a universidade, empresas e governo local estão ainda muito fracos. Viena continua confiando muito nos serviços não-mercantilizados como na administração pública (22.1%).

Enquanto a política keynesiana se extinguiu ao nível nacional em 1986, em Viena durante mais que uma década, evitou-se uma ruptura maior. O forte desempenho do setor público e da indústria de construção reflete a predominância da política econômica local keynesiana de estabilização da demanda sobre estratégias mais flexíveis de high-tech e a promoção de empreendedores. Mesmo estando o serviço público e a indústria de construção sofrendo uma pressão crescente no futuro próximo, parece que contribuíram para aliviar os custos da reestruturação. Nesse sentido a política de Viena pode ser considerada como um desvio conservador do padrão nacional e internacional neoliberal, cujos resultados macroeconômicos são medíocres (cf. Dunford 1994). Porém as estratégias defensivas de proteger empresas locais pequenas e atrair grandes investidores estão cada vez mais perdendo a viabilidade.

A administração pública em Viena foi parcialmente autonomizada. Criou-se novas entidades de planejamento para viabilizar projetos e objetivos específicos, com maior capacidade para responder rápida- e flexivelmente aos pedidos dos investidores. Essas organizações não estão mais sob controle parlamentar direto (Mayerhofer 1994: 44 et seq.). Foi criada uma secretaria municipal, responsável por assuntos „exteriores“, com o intuito de estimular a competitividade. Além disso, a prefeitura continua sendo a maior acionista do maior banco austríaco, que, após uma denominada privatização, tornou-se proprietária de empresas municipais. Pode-se detectar nestas mudanças organizacionais o projeto de um „estado empreendedor“ com diminuída responsabilidade democrática e social. Ocorre, porém, que o velho modelo burocrático ainda é dominante. Em 1995, havia em Viena uma administração central que empregava 59.752 servidores públicos, além de 11.289 professores e 15.118 empregados em empresas públicas (Magistrat 1996). A arrecadação local de impostos e de taxas cobradas para serviços de infra-

estrutura, com uma estrutura caracteristicamente regressiva, está estagnando e as transferências federais estão se reduzindo (Imhof 1997: 81). Nos anos 80 e até 1992, o orçamento esteve sob controle. Nos últimos anos, porém, as altas dívidas acumularam-se, chegando a um patamar perigoso de mais de ATS 14 bi em 1995 (Imhof 1997: 75.). A qualidade dos serviços e a relação clientelista com a sociedade civil está ameaçada.

Nas eleições municipais de 1996 a socialdemocracia perdeu 9 de suas 52 cadeiras no Parlamento local, sendo que os partidos de extrema direita (29 cadeiras) e o novo partido liberal (6 cadeiras) saíram fortalecidos. A socialdemocracia preferiu o partido conservador enfraquecido (15 cadeiras) do que coligar-se ao Partido Verde que ficou estagnado (7 cadeiras), para co-governar. Aparentemente isso não é só um reflexo da aliança a nível nacional, evidencia também que há uma preparação maior de reestruturar o serviço público, o que poderá acabar com esta estratégia de desviação defensiva, para se adotar políticas mais claramente neoliberais.

5. Conclusões

Esse artigo mostrou as mudanças na relação entre as estratégias de acumulação e projetos de estado na Austria e em Viena; identificando períodos mais estáveis e outros com mais características de crise. Os dois períodos de estabilidade estão em contraste marcante um com o outro. O regime Habsburgiano de acumulação anterior a 1914 foi caracterizado por um nível elevado de extraversão (mascarado) e uma heterogenidade regional. Em termos políticos, o bloco social mostrou-se muito fraco na promoção deste projeto de desenvolvimento econômico. Viena foi, sem contestação, o centro financeiro e industrial do Império. O bloco social dominante de Viena que foi mais coerente que aquele a nível nacional, ao adotar uma política local ativa diferente, mas sem ser contraditória com o padrão nacional. O regime pós-1945 foi caracterizado por um alto grau de introversão e homogenidade regional. O bloco do poder nacional ganhou um elevado padrão de adesão popular. O desenvolvimento sócio-econômico de Viena perdeu muito de suas peculiaridades. A política local foi, de fato, degradada à execução

de políticas elaboradas a nível nacional.

Os dois modos de desenvolvimento estáveis entraram numa grande crise, resultaram, porém, em diferentes possibilidades para um contra-projeto local. No período do entre-guerra foi elaborado um projeto decididamente de esquerda, baseado nas classes populares e parcialmente implementado a nível local. Já incluiu alguns elementos da ordem do pós-guerra. O margem de manoeuvre se abriu não somente pelo desenvolvimento regional heterogêneo, mas também pela fraqueza do bloco nacional do poder que parcialmente se origina na era habsburgiana. Faltou uma estratégia de acumulação viável e a „Viena Vermelha“ nunca ganhou a dominação ideológica.

Contrastivamente, hoje o bloco social dominante na Austria tem os requisitos sociais necessários para a aceitação popular do liberalismo. A classe trabalhadora foi bem integrada no fordismo, assim sendo mais inclinada para aceitar a ideologia burguesa. Existem condições favoráveis para implementar um projeto liberal, mas moderado, de estado. Falta, porém, um projeto de acumulação nacional coerente. Embora a heterogenidade regional esteja avançando internacionalmente, as condições socio-políticas de Viena não são propícias para a formulação de um contra-projeto local. Até agora, o governo local de Viena adotou uma estratégia de desviação conservadora. Mas, por causa das pressões financeiras e ideológicas, é provável que num futuro próximo as políticas locais seguirão o padrão nacional mais nítidamente.

Concluindo-se num contexto mais geral, pode-se aprender com a experiência vienense que um desenvolvimento regional heterogêneo é somente um requisito necessário, mas não suficiente, para um projeto de estado local divergir daquele do padrão nacional. Parece que as forças populares somente conseguem estabelecer um contra-projeto a nível local quando o grupo dominante nacional não consegue obter mais a aceitação popular para o seu projeto ideológico e um contra-bloco emergente for capaz de utilizar esta inaceitação para formular e apresentar seu próprio projeto social. Atualmente, essas condições inexistem. Por isso, todas as saídas da crise

atual apontam, em todos os níveis territoriais para a direita.

Bibliografia:

Aglietta, M. (1993) Crises et cycles financiers. Une approche comparative, in *Révue d'économie financière*, no. 26: 5-50

Aiginger, K. (1989) Industriell gewerblicher Sektor, in Abele H. et al. (eds) *Handbuch der österreichischen Wirtschaftspolitik*. Wien: Manz

Aly, G. and Heim, S. (1993) *Vordenker der Vernichtung. Ausschwitz und die deutschen Pläne für eine neue europäische Ordnung*. Frankfurt: Fischer

Banik-Schweitzer, R. (1996) Die Großstädte im gesellschaftlichen Entwicklungsprozeß in der zweiten Hälfte des 19. Jahrhunderts, in Melinz, G., Zimmermann, S. (ed) *Wien - Prag - Budapest*. Wien: Promedia: 34-45

Becker, J. (1996) Fenster für die Linke. Umbrüche in der Weltwirtschaft und alternative Gesellschaftsprojekte in der Semiperipherie, in *Kurswechsel No. 1*: 8-25

Becker, J. and Novy, A. (1996) *Territorial Regulation and the Vienna Region: a historical-geographical overview*. IIR-Discussion Papers 54. Vienna

Bellak, Ch. (1995) *Austrian Manufacturing Firms Abroad. The last 100 years*. WU-Wien, Working Paper No. 35. Wien

Birner, A. et al. (1997) *Die neue Industrielandschaft Österreichs*. Forschungsbericht. Wien: ÖIR

Bruckmüller, E. (1985) *Sozialgeschichte Österreichs*. Wien: Herold

Butschek, F. (1985) *Die österreichische Wirtschaft im 20. Jahrhundert*. Stuttgart: Gustav Fischer

Butterwege, C. (1991) *Austromarxismus und Staat. Politiktheorie und Praxis der österreichischen Sozialdemokratie zwischen den beiden Weltkriegen*. Marburg: Verlag Arbeit&Gesellschaft

Dunford, M. (1994): Winners and Losers: the New Map of Economic Inequality in the European Union, in *European Union and Regional Studies*, 1(2): 95-114

- Faßmann, H. (1995) Der Wandel der Bevölkerungs- und Siedlungsstruktur in der Ersten Republik, in Tálos, E. et al. *Handbuch des politischen Systems Österreichs. Erste Republik 1918 - 1933*. Wien: Manz:11-22
- Fiori, J.L. (1995) *O Vôo da Coruja. Uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ
- Fitoussi, J.-P. (1995) *Le débat interdit. Monnaie, Europe, Pauvreté*. Paris: Arléa
- Fuchs, A. (1996) *Geistige Strömungen in Österreich 1867-1918*. Wien: Löcker
- Gerlich, P. et al. (eds) (1985) *Sozialpartnerschaft in der Krise. Leistungen und Grenzen des Neokorporatismus in Österreich*. Wien/Köln/Graz: Böhlau
- Glatz, H. and Moser, H. (1989) *Ausländische Direktinvestitionen in Österreich. Auswirkungen auf Beschäftigung, Wachstum und Wettbewerbsfähigkeit der Industrie*. Frankfurt: Campus
- Good, D.F. (1986) *Der wirtschaftliche Aufstieg des Habsburgerreiches 1750 - 1914*. Wien: Böhlau
- Gramsci, A. (1971) *Selections from the Prison Notebooks*. London: Lawrence and Wishart
- Gross, N.T. (1985) Die Industrielle Revolution im Habsburgerreich 1750 - 1914, in Cippolla, C.M., Borhardt, K. *Europäische Wirtschaftsgeschichte Bd.4*. Stuttgart/New York: G. Fischer: 203-235
- Guger, A. (1993) Lohnpolitik und Sozialpartnerschaft, in Tálos (ed) *Sozialpartnerschaft. Kontinuität und Wandel eines Modells*. Wien: Verlag für Gesellschaftskritik: 227-241
- Hanisch, E. (1994) *Der lange Schatten des Staates. Österreichische Gesellschaftsgeschichte im 20. Jahrhundert. 1890 - 1990*. Wien: Ueberreuter
- Hobsbawn, E. J. (1991) *Nations and Nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*. London: Canto
- Hwaletz, O. (1996) Austrofordismus. Ein Entwurf, in ÖGKG (ed) *Auf in die Moderne. Österreich vom Faschismus zum EU-Beitritt*. Wien: Promedia: 100-209
- Imhof, St. (1997) *Verteilungswirkungen auf der Einnahmenseite des Wiener Budget 1946 - 1995*. Diplomarbeit am

Institut für Volkswirtschaft der WU-Wien. unpublished

Jessop, B. (1990) *State Theory. Putting Capitalist States in their Place*. University Park: The Pennsylvania State University Press

Karlhofer, F. and Tálos, E. (1996) *Sozialpartnerschaft und EU. Integrationsdynamik und Handlungsrahmen der österreichischen Sozialpartnerschaft*. Wien: Signum

Kausel, A. et al. (1965) *Österreichs Volkseinkommen 1913-1963*. Wien: WIFO

Kernbauer, H. et al. (1983) Die wirtschaftliche Entwicklung, in Weinzierl, E. and Stalnik, K. (ed) *Österreich 1918 - 1938. Bd. I*. Graz/Wien/Köln: Böhlau

Kernbauer, H. and Weber, F. (1988) Österreichs Wirtschaft 1938 - 1945. In. Tálos, E. (ed) *NS-Herrschaft in Österreich 1938 - 1945*: Verlag für Gesellschaftskritik: 49-68

Lamel, J. (1996) Die Industrie im ersten EU-Jahr, in *Wirtschaftspolitische Blätter* 3/4: 291-298

Lehnert, O. (1996) *Der politische Mythos des „kleinen Mannes von Wien“ und die soziale Realität einer saturierten Mittelstandsklientel*, in Melinz, G. and Zimmermann, S. (ed) *Wien - Prag - Budapest*. Wien: Promedia: 93-107

LeRider, J. (1994) *Mitteleuropa. Auf den Spuren eines Begriffs*. Wien: Deuticke

Leitner, H. and Henkel, A. (1996) *Strukturwandel im Gewerbe und Handwerk*, in *Wirtschaftspolitische Blätter* 3/4: 283-291

Maddison, A. (1991) *Dynamic Forces in Capitalist Development. A Long-Run Comparative View*. London/New York: Oxford University Press

Maddison, A. (1995) *Monitoring the World Economy 1820 - 1992*. Paris: OECD

Maderthaner, W. (1993) Die österreichische Sozialdemokratie 1918 bis 1934. Die größte Parteiorganisation der Welt, in Öhlinger, W. (ed) *Das Rote Wien. 1918 - 1934*. 177. Sonderausstellung des Historischen Museums der Stadt Wien. Eigenverlag der Museen der Stadt Wien: 28-44

Magistrat der Stadt Wien/Geschäftsgruppe Stadtentwicklung, Stadtplanung und Außenbeziehungen der Stadt Wien (ed)

(1996) *Statistisches Jahrbuch der Stadt Wien 1995*. Wien

Maier, G. and Tödting, F. (1986) Towards a spatial deconcentration of entrepreneurial control? Some empirical evidence for the Austrian regions 1973-1981, in *Environment and Planning A*, vol.18: 1209-1224

Marterbauer, M. (1991) *Lohnpolitik und Einkommensverteilung in Österreich*. WSI-Mitteilungen, No. 1, 10-18

Marx, Karl (1965) *Der 18. Brumaire des Louis Bonaparte*. Berlin: Insel

Mayerhofer, P. (1994) *Wirtschaftsförderung in Wien. Probleme und Reformvorschläge unter Berücksichtigung der neuen geopolitischen Rahmenbedingungen*. Studie des WIFO im Auftrag der AK-Wien

Mayerhofer, P. and Palme, G. (1996) *Wirtschaftsstandort Wien: Positionierung im europäischen Städtenetz*. Studie des Österreichischen Instituts für Wirtschaftsforschung im Auftrag der Bank Austria AG, Wien

Meißl, G. (1983) Im Spannungsfeld von Kunsthandwerk, Verlagswesen und Fabrik. Die Herausbildung der industriellen Marktproduktion und deren Standortbedingungen in Wien vom Vormärz bis zum Ersten Weltkrieg, in Banik-Schweitzer, R., Meißl, G. *Industriestadt Wien. Die Durchsetzung der industriellen Marktproduktion in der Habsburgerresidenz*. Wien: Franz Deuticke: 99-187

Melinz, G. and Zimmermann, S. (1996) Großstadtgeschichte und Modernisierung in der Habsburgermonarchie, in Melinz, G. and Zimmermann, S. (eds) *Wien - Prag - Budapest*. Wien: Promedia: 15-33

Mesch, M. (1989) Beschäftigungsentwicklung und -struktur im Raum Wien 1970 bis 1989, in *Wirtschaft und Gesellschaft*, 15.Jg. Heft 3: 349-388

Morawetz, I. (1990) Schwellenland Österreich? Aktuelle Änderungen der österreichischen Eigentumsstruktur im Sog der Internationalisierung der Bundesrepublik Deutschland, in Scherb, M., Morawetz, I. (eds) *Fest in deutscher Hand? Österreich und sein großer Nachbar*. Wien: Verlag für Gesellschaftskritik

Moser, J. (1996) Modernisierung am Beispiel Oberösterreich: Kontinuität von der NS-Zeit in die Wiederaufbauphase, in ÖGKG (ed) *Auf in die Moderne*: 87-98

Mulley, K.-D. (1988) Modernität oder Traditionalität? Überlegungen zum sozialstrukturellen Wandel in Österreich 1938 - 1945, in Tálos, E. et al. *Austrofaschismus. Beiträge über Politik, Ökonomie und Kultur 1934 - 1938*, Wien: Verlag für Gesellschaftskritik: 25-48

Neck, R. (1990) Was bleibt vom Austrokeynesianismus?, in Beirat für gesellschafts- wirtschafts- und umweltpolitische Alternativen/Arbeitsgruppe Alternative Wirtschaftspolitik (ed) *Steuerungsprobleme der Wirtschaftspolitik*. Memo-Forum Sonderband Bremen: 159-181

OECD (1995) *Historical Statistics 1960 - 1993*. Paris: OECD

Oesterreichische Nationalbank (1995a) Internationale Vermögensposition Österreichs von 1976 - 1993, in *Oesterreichische Nationalbank: Berichte und Studien 1/1995*, Wien: 76-91

Oesterreichische Nationalbank (1995b) *Statistisches Monatsheft 6/1995*. Wien

Oesterreichische Nationalbank (1997) *Österreichische Direktinvestitionen im Ausland und ausländische Direktinvestitionen in Österreich. Stand per Ende 1995*. Supplement to Statistische Monatshefte der ÖNB, 1997, 6

Öhlinger, W. (ed) (1993) *Das Rote Wien. 1918 - 1934. 177. Sonderausstellung des Historischen Museums der Stadt Wien*. Eigenverlag der Museen der Stadt Wien

ÖROK (Österreichische Raumordnungskonferenz) (1994) *Regionales Wirtschaftskonzept für die Agglomeration Wien (Wien und Umland)*. Schriftenreihe Nr. 118. WIFO. Bearbeiter: P. Mayerhofer, G. Palme. Wien

ÖStZ (Österreichisches Statistisches Zentralamt) (1993) *Statistisches Jahrbuch für die Republik Österreich 1993*. Wien

ÖStZ (Österreichisches Statistisches Zentralamt) (1996) *Statistische Nachrichten 3/96*. Wien

Palme, G. (1995) *Divergenz regionaler Konvergenzclub*, in *WIFO 12/95*: 769-781

Platt, D. C. (1984) *Foreign Finance in Continental Europe and the United States, 1815 - 1870*. London: Allen&Unwin

Pointner, J. and Schneider, F. (1994) Österreich im internationalen Wirtschaftssystem, in Nowotny, E. and Winckler, G. (eds) *Grundzüge der Wirtschaftspolitik Österreichs*. Wien: Manz: 44 - 48

Polanyi, K. (1990) *The Great Transformation. Politische und ökonomische Ursprünge von Gesellschaften und Wirtschaftssystemen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp

Regini, M. (1991) *Confini mobili. La costruzione dell' economia fra politica e società*. Bologna: il mulino

Rásky, B. (1995) Die außenpolitischen Beziehungen Österreich zu den Nachfolgestaaten der Donaumonarchie (1918 - 1938), in Tálos, E. et al. (eds) *Handbuch des politischen System Österreichs. Erste Republik 1918 - 1933*. Wien: Manz 665- 668

Reiterlechner, Ch., Schmee, J. (1995) *Die Entwicklung von Arbeitsstätten und Beschäftigten im Raum Wien 1981 - 1991*. Materialien zu Wirtschaft und Gesellschaft Nr.56. AK-Wien

Sandgruber, R. (1995) *Ökonomie und Politik. Österreichische Wirtschaftsgesichte vom Mittelalter bis zur Gegenwart*. Wien: Ueberreuter

Scherb, M. and Morawetz, I. (eds) (1986) *Stahl und Eisen. Industrie und staatliche Politik in Österreich*. Wien: Verlag für Gesellschaftskritik

Schubert, K. (1985) Wien, in Friedrichs, J. (ed) *Stadtentwicklungen in West- und Osteuropa*. Berlin: Walter de Gruyter: 347-574

Schui, H. et al. (1997) *Wollt ihr den totalen Markt? Der Neoliberalismus und die extreme Rechte*. München: Knauer

Seliger, M. (1996) Wien im Zeichen bürgerlicher Vorherrschaft. Zu einigen Grundzügen liberaler und christlichsozialer Stadtpolitik, in Melinz, G., Zimmermann, S. (ed) *Wien - Prag - Budapest*. Wien: Promedia: 84-92

Smolka, K. (1996) Die österreichische Lebensmittelindustrie in der EU, in *Wirtschaftspolitische Blätter* 3/4: 298-306

Stankovsky, J. (1996) Direktinvestitionen in Osteuropa: Österreich auf dem Rückzug?, in *WIFO-Monatsberichte*, No. 6: 349-353

Stiefel, D. (1988) *Die große Krise in einem kleinen Land. Österreichische Finanz- und Wirtschaftspolitik 1929 - 1938*. Wien: Böhlau

Streeck, W. (1995) From Market Making to State Building? Reflections on the Political Economy of European Social Policy, in Leibfried, St., Pierson, P. (eds) *European Social Policy. Between Fragmentation and Integration*. Washington: Brooking Institution

Tálos, E. (ed) 1993) *Sozialpartnerschaft. Kontinuität und Wandel eines Modells*. Wien: Verlag für Gesellschaftskritik

Tálos, E. and Neugebauer, W. (eds) (1988) *Austrofaschismus. Beiträge über Politik, Ökonomie und Kultur 1934 - 1938*. Wien: Verlag für Gesellschaftskritik

Tálos, E. et al. (eds) (1995) *Handbuch des politischen Systems Österreichs. Erste Republik 1918 - 1933*. Wien: Manz

Tödting, F. (1984) Organisational Characteristics of Plants in Core and Peripheral Regions of Austria, in *Regional Studies*, Vol. 18.5: 397-412

Tödting, F. and Traxler, J. (1995) The Changing Location of Advanced Producer Services in Austria, in *Progress in Planning*, Vol 43, parts 2-3: 185-204

Traxler, F. (1991) Gewerkschaften und Unternehmerverbände in Österreichs politischem System, in Dachs, H. et al. (eds) *Handbuch des politischen Systems Österreichs*. Wien: Manz: 335-352

Traxler, F. (1993) Vom Nachfrage- zum Angebotskorporatismus?, in Tálos, E. (ed) *Sozialpartnerschaft. Kontinuität und Wandel eines Modells*. Wien: Verlag für Gesellschaftskritik: 103-116

Ullrich, P.A. (1996) Das Parteibuch. Die soziale Bedeutung der Parteimitgliedschaft, in Kos, W. and Rigele, G. (eds) *Inventur 45/55*. Wien: Sonderzahl: 287-297

Weber, F. (1995a) Die wirtschaftliche Entwicklung, in Tálos et al. (eds) *Handbuch des politischen Systems Österreichs - Erste Republik 1918 - 1933*. Wien: Manz: 23-39

Weber, F. (1995b) Staatliche Wirtschaftspolitik in der Zwischenkriegszeit, in Tálos, E. et al. (eds) *Handbuch des politischen Systems Österreichs. Erste Republik 1918 - 1933*: 531-551

Weber, F. and Venus, Th. (eds) (1993) *Austro-Keynesianismus in Theorie und Praxis*. Wien: Jugend&Volk

Summary

From a regulationist perspective, this paper wants to analyse under which preconditions local and national modes of development can diverge. Taking the modern history of Vienna and Austria as an example, the paper analyses the dialectics of accumulation strategies and national and local state projects. There can be distinguished four relevant historical periods. With regard to the convergence resp. divergence of local and national state projects, the two rather stable and the two rather instable periods stand in marked contrast to each other. The more general conclusion that can be derived from the Viennese experience is that a heterogeneous regional development is only a necessary, but not a sufficient condition for a local state project to diverge from the national one. It seems that popular forces can only establish a counter-project at the local level if the national dominant bloc fails to gain mass acceptance for its ideological dispensation and an emerging counter bloc is able to capitalise on this weakness by formulating its own social project.



Abteilung für Stadt- und Regionalentwicklung
Wirtschaftsuniversität Wien
Abteilungsleiter: o.Univ.Prof. Edward M. Bergman, PhD

Roßauer Lände 23/3
A-1090 Wien, Austria

Tel.: +43-1-31336/4777 Fax: +43-1-31336/705 E-Mail: sre@wu-wien.ac.at
<http://www.wu-wien.ac.at/inst/sre>